

Boletim No 218 WRM – Setembro 2015

Assine o Boletim mensal do WRM

<http://wrm.us9.list-manage.com/subscribe?u=f91b651f7fecdf835b57dc11d&id=a6356dc0e0>

O boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é totalmente gratuita.

NOSSA OPINIÃO

Plantações industriais de dendezeiros: um modelo que agride os povos da floresta e seus territórios

Este ano, no Dia Internacional de Luta contra as Monoculturas de Árvores, realizado em 21 de setembro, o WRM, com várias organizações e redes em todo o mundo, emitiu uma declaração condenando a expansão do modelo industrial de plantações de dendê, que acarreta um número crescente de impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Mais uma vez, desejando romper o círculo de silêncio em torno às violações enfrentadas por comunidades cujos territórios são invadidos e cercados por essas monoculturas, gritamos em alto e bom som: As plantações não são florestas!

As plantações de dendê para uso industrial são o tipo de monocultura que se expandiu rapidamente nas últimas décadas. No período de 1990 a 2010, essas plantações triplicaram em todo o mundo, principalmente na Indonésia e na Malásia. E nos últimos 15 anos, uma série de acordos de livre comércio favoreceu a última onda expansiva, não só na Indonésia e na Malásia, mas também em países da África e da América Latina. Outra tendência importante que impulsiona a expansão das plantações de dendezeiros vem principalmente da Europa, e está relacionada à crescente demanda por biocombustíveis.

As empresas de dendê, dentro de suas políticas de “responsabilidade corporativa”, estão assumindo compromissos (voluntários) com o “desmatamento zero”. No entanto, os relatórios de campo mostram que, depois de esses compromissos terem sido efetivados, tem havido inúmeras denúncias de violações ambientais e sociais por parte das empresas. Mas o mais preocupante é que esses compromissos não são destinados a conter a expansão do dendê, e sim a fazer “lavagem verde” no setor. Ao manter a lógica da expansão ilimitada, esses “compromissos” são, na verdade, uma ameaça de que mais comunidades percam suas terras e seus meios de subsistência.

Além disso, o crescente interesse das empresas nas florestas, principalmente nas árvores, explica-se pelo fato de que estas adquiriram uma importância nova para o “capitalismo verde”. A capacidade das florestas de armazenar carbono e biodiversidade é usada para gerar créditos de carbono ou biodiversidade, que podem ser vendidos a países e empresas poluidores, seja para “compensar” a destruição gerada em outro lugar ou para gerar lucro nos mercados financeiros.

Políticas como REDD+ e similares, que promovem o financiamento da conservação das florestas através da venda de créditos de carbono e biodiversidade, podem canalizar esse dinheiro a empresas de dendê, para conservar áreas florestais que tenham o chamado

“alto valor de carbono” e que as próprias empresas identificaram em suas concessões. Assim, as empresas de plantações conseguem fazer “lavagem verde” em suas atividades. Contudo, preservar áreas com “valor alto de carbono” não altera os impactos nocivos de um setor que requer uso intensivo de água, pesticidas, fertilizantes químicos e energia fóssil, e ocupa enormes territórios onde grandes populações viviam ou dos quais dependiam. Longe de oferecer uma solução para a mudança climática, a indústria do dendê contribui para a alteração do clima. Os mais afetados serão os povos da floresta e as comunidades camponesas, uma vez que a expansão das plantações restringirá cada vez mais o acesso a suas terras e florestas. Para elas, não só a floresta com “alto valor de carbono” é importante, mas todas as áreas de que precisam para manter seus meios de subsistência e suas culturas.

Por outro lado, os governos dos países produtores de dendê, em conjunto com empresas transnacionais do setor, têm reivindicado ativamente que as plantações de dendezeiros sejam recategorizadas, para que deixem de ser consideradas culturas agrícolas e passem a ser consideradas “florestas”! Esse absurdo seria possível porque, de acordo com a atual definição da FAO, uma floresta é simplesmente uma área com cobertura de árvores. O objetivo dessa reclassificação é acessar a “oportunidade” que representaria um acordo de REDD+ no âmbito das negociações da ONU sobre o clima, a ser realizadas em Paris, no final deste ano. Com isso, as empresas de dendê poderiam vender créditos de carbono no futuro, usando o argumento enganoso de promover “desmatamento zero” ou “reflorestamento”.

A ênfase no desmatamento deixa de lado toda a gama de impactos causados pelas plantações industriais de dendezeiros, tais como:

– **Destruição de meios de vida locais e desalojamentos.** As regiões em que estão sendo promovidas as plantações de dendezeiros são o lar de camponeses e povos indígenas, e são áreas de florestas tropicais das quais essas comunidades dependem econômica, social, espiritual e culturalmente. É por isso que as plantações industriais de dendê provocam a perda de terras e, portanto, dos meios de subsistência das comunidades, e dentro delas, especialmente das mulheres, devido à sua relação específica com a floresta, resultando no desalojamento dessas comunidades.

– **Atividade madeireira destrutiva e violações dos direitos humanos.** Em muitos casos, essas plantações também são resultado da exploração madeireira devastadora que, no passado, abriu caminho para a entrada das plantações de dendezeiros. Além disso, há mais de uma década continua o processo de limpeza da área pela queima, para o estabelecimento de plantações de dendezeiros, causando uma névoa que permanece a maior parte do ano no Sudeste Asiático. Essa prática prejudica não só o meio ambiente, mas também a saúde de milhões de cidadãos.

– **Acesso privilegiado à terra para empresas, e não para as comunidades.** A introdução do cultivo industrial de dendê em um determinado país ou região através de concessões de terra garante às empresas um acesso privilegiado a terras agrícolas por longos períodos, aumentando seu poder e sua influência. As lutas para garantir os direitos coletivos das comunidades sobre seus territórios e uma agricultura diversificada e agroecológica controlada por essas comunidades tendem a ser cada vez mais difíceis.

– **Condições de trabalho miseráveis.** Os postos de trabalhos acabam sendo poucos e as condições de trabalho nas plantações de dendê costumam ser semelhantes à escravidão. Além disso, em muitos casos se documentou a existência de trabalho infantil, bem como abuso de drogas entre trabalhadores, e prostituição. Os trabalhadores também são

particularmente afetados pela obrigação de aplicar agrotóxicos nas plantações de monocultivos, incluindo produtos proibidos em vários países. Muitos ficam doentes para o resto da vida, sem poder contar com qualquer tipo de indenização.

– **O aumento da criminalização dos movimentos sociais e da oposição local.** Outro aspecto muito preocupante é que as comunidades e as organizações que as apoiam, assim como trabalhadores das plantações de dendezeiros, devem enfrentar uma tendência mundial crescente à violação dos direitos humanos, incluindo a criminalização. Em muitos países houverem assassinatos, prisões e perseguições àqueles que apenas lutavam em defesa dos direitos coletivos das comunidades sobre seus territórios, e se opunham à invasão desses territórios por empresas de dendê. Além disso, as empresas podem contar com todos os tipos de proteção fornecidos pelas forças de segurança do Estado, como a polícia e até o exército.

O Dia Internacional de Luta contra as Monoculturas de Árvores, estabelecido desde 2006, tem como objetivo aumentar a visibilidade do número crescente de povoados e comunidades, muitas vezes os mais marginalizados – e dentro deles, principalmente mulheres e jovens – que estão lutando em diferentes lugares e países contra as monoculturas industriais de dendê e outras plantações de monoculturas de eucaliptos, pinus, acácia e borracha. As grandes monoculturas não são aceitáveis, nem para as comunidades locais nem para um mundo que enfrenta uma crise grave, com sintomas múltiplos, incluindo a mudança climática, a deterioração econômica e ambiental, e o aumento da militarização e das violações aos direitos humanos.

Por essas razões, este boletim se dedica a denunciar a expansão das plantações de dendezeiros e divulgar algumas de suas consequências para os povos da floresta e seus territórios. O artigo sobre Papua Ocidental nos alerta para uma região de difícil acesso, onde a expansão desse cultivo está beneficiando grandes conglomerados empresariais, em detrimento das populações indígenas e tradicionais. Além disso, a pressão do governo da Libéria para facilitar o corte de madeira em grandes concessões para o cultivo de dendê é outra advertência importante, principalmente em um contexto assolado pelo corte ilegal e pela corrupção. Do Brasil, um relatório de campo nos conta como a mineradora VALE está estabelecendo plantações de dendê no estado amazônico do Pará, como forma de atender à demanda por biocombustíveis dos trens carregados de minerais da própria empresa, mas, acima de tudo, para reforçar uma suposta imagem “verde”. O boletim também inclui um artigo destacando o papel de bancos e investidores na especulação com essas plantações, ajudando a fortalecer e expandir multinacionais do dendê, e lhes proporcionando enormes lucros. Por fim, o boletim inclui um artigo que nos lembra que dezenas de milhões de pessoas na África não apenas dependem de dendezeiros para sua subsistência e suas culturas, mas também as preservam e as valorizam como fontes de vida. Boa leitura!

[Consulte a declaração de 21 de setembro aqui](#)

O AVANÇO DA MONOCULTURA INDUSTRIAL DE DENDEZEIROS: DESTRUIÇÃO E LUTAS DE RESISTÊNCIA

África: onde o óleo de dendê ainda é fonte de vida

Nos dias de hoje, com tantas empresas saltando para o negócio de plantações de dendezeiros, e com áreas cada vez mais extensas de florestas sendo transformadas em monoculturas, é fácil ignorar as origens e os usos tradicionais da palmeira do dendê. O fato é que dezenas de milhões de pessoas na África, o centro de origem do dendê, contam com essa palmeira para obter alimento e meio de subsistência. E a árvore e seu uso tradicional são de particular importância para as mulheres. Para elas, o óleo de dendê é um ingrediente essencial em pratos locais, uma fonte de medicina tradicional e rações para animais. As comunidades africanas usam todas as partes de um dendezeiro tradicional, das raízes aos ramos, para produzir tudo, de vinho e sopas a sabões e unguentos, e até mesmo toda uma gama de têxteis e materiais domésticos. No entanto, a concentração global de terras para plantações industriais de dendezeiros põe em grande risco essas pessoas, os dendezeiros de que elas cuidam e seus sistemas tradicionais de uso e produção.

Uma história da diversidade

Os dendezeiros têm origem na África. E foi nessa região que a planta logo se tornou parte dos sistemas alimentares, das economias e das culturas locais. Segundo uma pesquisa da ONG GRAIN, nas canções tradicionais de vários países da África Ocidental e Central, o dendezeiro é chamado de “árvore da vida”.

Na África, a maior parte dos dendezeiros ainda é cultivada em pomares dentro de florestas mistas. Esses pomares costumam ser cuidados por uma família específica, que colhe os frutos, e isso passa de geração em geração. Esses pomares semisselvagens são encontrados em grandes regiões da África, desde o Senegal, no oeste, até o extremo sul de Angola, e às margens dos lagos Kivu e Tanganica, na costa leste africana, e mesmo na costa oeste de Madagascar. A Nigéria tem a maior área de dendezeiros selvagens ou semisselvagens do continente, com mais de 2,5 milhões de hectares. Os agricultores da África Ocidental e Central também cultivam dendezeiros, misturando-os com outras culturas, como banana, cacau, café, amendoim e pepinos.

É extremamente difícil encontrar dados confiáveis sobre a área coberta por dendezeiros cultivados em sistemas tradicionais na África, devido 1) à dificuldade de separar áreas florestais – com dendezeiros como um dos componentes de pomares naturais de palmeiras, onde eles constituem a única ou a principal espécie de árvore, 2) à dificuldade de distinguir entre grupos de palmeiras selvagens e pomares de dendezeiros que fazem parte das práticas agrícolas de comunidades locais há séculos (alguns naturais, outros plantados), 3) à dificuldade de classificar grupos de dendezeiros como plantações pertencentes a famílias (que podem ou não vender o fruto para uma unidade de processamento industrial) ou como plantações geradas a partir de vínculos contratuais com uma unidade de plantação industrial, 4) à existência de plantações industriais abandonadas, que estão sendo usadas pelas comunidades locais como se fossem grupos naturais de palmeiras e 5) à falta de levantamentos atualizados sobre esses dendezeiros naturais, pequenas plantações e plantações industriais (Veja a publicação “[Oil Palm in Africa](#)”, do WRM).

De acordo com a GRAIN, o tipo de dendezeiro cultivado na África também é bem diferente daquele cultivado em outros lugares. A maior parte do óleo de dendê da África é produzida a partir da variedade tradicional *dura*, que cresce em áreas selvagens, e não dos cruzamentos de alto rendimento usados nas plantações. Muitos camponeses

africanos a preferem porque ela faz menos sombra e, portanto, não impede o crescimento de outras culturas em suas terras. Eles também optam por ela pela qualidade do óleo que produz, que é vendido por um preço melhor em mercados locais.

Nos mercados locais da África Central e Ocidental, a qualidade do óleo de dendê costuma ser julgada por sua cor. As mulheres africanas dizem que o óleo extraído de dendezeiros tradicionais é melhor porque tem uma cor vermelha mais intensa do que o extraído das variedades modernas. No Benim, o óleo tradicional é vendido 20 a 40% mais caro nos mercados do que o de variedades modernas. As mulheres que usam o óleo cultivado tradicionalmente também dizem que seus molhos tradicionais feitos com amêndoas de dendê cozidas têm uma textura mais leve e, portanto, melhor, quando são feitos com as amêndoas tradicionais do que com as modernas.

O óleo de dendê na Costa do Marfim

Há muito tempo, o dendê é o óleo vegetal preferido na Costa do Marfim. O marfinense médio consome cerca de 10 quilos dele por ano. É usado não só para fritar, mas também como ingrediente principal em muitos pratos locais, como quiabo e vários molhos, e diversos pratos feitos com bananas ou fufu. O óleo de dendê dá a esses alimentos um sabor e uma cor especiais, que são altamente valorizados na culinária do país. As importações e o óleo de dendê altamente refinado de plantações industriais e fábricas modernas tomaram uma fatia desse mercado dos produtores tradicionais. Mas, apesar de preços mais elevados, os consumidores permanecem leais ao óleo tradicional, mesmo nas cidades.

Dendezeiros em Camarões

De acordo com Marie-Crescence Ngobo, da RADD, todas as partes do dendezeiro, incluindo seus derivados, são matérias-primas para fabricar remédios indígenas. O povo yambassa, em Mbam, usa as folhas dos dendezeiros tradicionais para tratar a cárie dentária. O vinho de dendê, misturado com vários outros ingredientes, é usado como remédio para impotência masculina, clamídia, infecção por gonococos, dor de estômago, icterícia e sarampo.

Os mveles, uma subtribo Beti, preparam uma refeição com as amêndoas para as novas mães, já que ela estimula o fluxo de leite. Outros usos incluem o óleo de amêndoa de dendê preto, que é usado em cuidados com pele e cabelo, e é um ingrediente indispensável e muito usado em fórmulas para recém-nascidos. Além disso, o carvão feito a partir da amêndoa também serve como clareador de dentes, e as comunidades no sul de Camarões o usam como pasta de dentes. As cinzas da casca da árvore queimada aliviam furúnculos.

Extrato de uma canção beninense (traduzida)

*O que você pode tirar da minha canção
É isto: que o dendezeiro ali de pé,
Quem pretender se beneficiar dele deveria cuidá-lo e adorá-lo
Olhe as suas folhas, que são usadas para fazer vassouras
Olhe as partes, que são usadas para fazer cordas e tirar água do poço
A partir do dendezeiro, você obtém ramos e bolos*

*No mesmo dendezeiro, há grandes galhos que seguram frutos
Olhe os líquidos que ela produz: óleo de dendê e vinho
Quem quiser se beneficiar,
deve saber que obtemos o óleo de melhor qualidade desses frutos;*

** Este artigo foi extraído de “A long history and vast biodiversity”, *GRAIN*, 22 de setembro de 2014, <https://www.grain.org/article/entries/5035-a-long-history-and-vast-biodiversity>

Florestas sob cerco: Libéria pode intensificar a destruição florestal

“As florestas do mundo permanecem sob a ameaça da exploração ilegal de madeira... A exploração ilegal perpetua a corrupção, prejudica os meios de subsistência, alimenta conflitos sociais, priva os governos de receitas e corrói as bases dos recursos naturais dos países”. Relatório Chatham House, julho de 2015 (1)

Os responsáveis pelas florestas na Libéria apresentaram uma proposta que permitirá sua conversão em grande escala em plantações de dendezeiros. Isso apesar de o país ainda estar lutando para enfrentar o problema da exploração ilegal de madeira, e de a União Europeia (UE), o governo da Noruega, os Estados Unidos e outros doadores estarem investindo mais de 200 milhões de dólares para lutar contra a exploração ilegal e a destruição de florestas no país.

Em julho de 2015, a Autoridade de Desenvolvimento Florestal (FDA, na sigla em inglês) divulgou a proposta de um “Manual para Colheita de Árvores em Extensões de Plantações Agrícolas e Áreas de Contrato para Mineração” para que as partes interessadas examinassem. De acordo com o manual, para desmatar uma concessão agrícola, uma empresa madeireira deve confirmar que a área não inclui uma proposta de área de proteção ou conservação, demonstrar que a detentora da concessão agrícola tem planos para desmatar e plantar dendezeiros na área de onde a madeira precisa ser retirada, ter um mapa da área e possuir uma carta de renúncia ou consentimento do titular da concessão. Contudo, o titular da concessão pode extrair madeira também mas só para uso em suas operações. Como a agricultura em áreas de concessão inclui vastas extensões de florestas nas regiões noroeste e sudeste do país, a destruição da floresta acabará aumentando se o governo levar adiante esse plano.

A floresta da Libéria fornece meios de subsistência para mais da metade de seus 3,5 milhões de pessoas. Segundo o censo de 2008, mais de dois terços da população vivem em áreas rurais, onde quase todo mundo depende de recursos florestais, como produtos florestais madeireiros e não madeireiros, incluindo ervas, juncos, carne de caça e uma variedade de alimentos para subsistência e geração de renda. No entanto, sucessivos governos têm permitido que madeireiros ilegais saqueiem as florestas do país. Por exemplo, entre 1997 e 2001, aproximadamente 2,5 milhões de metros cúbicos de madeira foram cortados, dos quais mais de 1,7 milhão foi exportado, principalmente para Europa e Ásia (2). Uma revisão feita pelo governo nas concessões madeireiras em 2005 constatou que todas as empresas madeireiras que operaram durante esse período o fizeram ilegalmente (3).

Da mesma forma, entre 2009 e 2013, o governo atual alocou ilegalmente mais de 3 milhões dos cerca de 4 milhões de hectares de florestas do país. Mais de 2 milhões de hectares concedidos como “Licenças de Uso Privado” foram cancelados posteriormente. Sete grandes concessões que cobrem mais de um milhão de hectares continuam a funcionar – mesmo que uma auditoria encomendada pós-concessão pelo governo a partir de 2013 tenha constatado que 771,390 hectares haviam sido alocados ilegalmente a quatro empresas madeireiras. As outras três concessões não foram avaliadas durante a auditoria, mas haviam sido alocadas da mesma maneira. O futuro dessas concessões continua incerto, já que a Libéria e a UE tentam encontrar uma forma de lidar com elas no âmbito do Acordo Voluntário de Parceria, que se destina a conter o fluxo de madeira ilegal da Libéria para a UE.

A madeira de conversão como problema emergente

De acordo com um relatório do centro de estudos Chatham House, globalmente, mais florestas estão sendo desmatadas para agricultura e outros usos da terra, e até metade da madeira tropical vendida atualmente no mundo vem da conversão de florestas em países tropicais. O relatório também concluiu que, embora a exploração ilegal tenha diminuído desde 2000, o ganho foi compensado pelo aumento da produção ilegal de madeira a partir da conversão florestal.

O marco jurídico da Libéria já permite que certas áreas florestais sejam desmatadas e convertidas em plantações e outros usos da terra, através de licenças conhecidas como Contratos de Venda de Madeira (TSC, na sigla em inglês). No entanto, existem salvaguardas para prevenir a destruição desenfreada das florestas. Por exemplo, esses contratos só podem ser concedidos sobre fragmentos florestais não maiores do que 5.000 hectares e desconectados de qualquer área florestal significativa. Além disso, eles só podem ser alocados em terras públicas, através de um plano de concessão aprovado pelo governo, e concedidos através de licitação. Os TSCs também não podem ser feitos sobre terras que já estejam sob outro contrato de uso. Por conseguinte, o atual marco jurídico exclui a exploração madeireira nas concessões agrícolas existentes e se destina a restringir ao mínimo a possibilidade de conversão de florestas.

Seguindo as exigências para o corte de madeira estabelecidas no manual, a atividade madeireira industrial em concessões agrícolas abrirá várias possibilidades que seriam prejudiciais para as florestas da Libéria. Em primeiro lugar, abrirá imediatamente as portas ao desmatamento e à conversão de pelo menos 500.000 hectares de florestas. Em segundo, vai pressionar as empresas de dendê que têm relutado em permitir o corte de madeira em suas concessões. Em terceiro lugar, vai destruir outros recursos florestais, como junco, troncos redondos e outros materiais de construção locais, bem como dendezeiros nativos colhidos e processados para fazer óleo comestível em toda a Libéria, e carne de caça. As comunidades dependem dessas áreas de floresta e dos recursos florestais para subsistir e gerar de renda, e atender a funções ambientais inestimáveis. Portanto, abrir a porta à exploração industrial de madeira em “concessões agrícolas” não seria apenas um desastre ambiental, mas também teria graves consequências sociais e econômicas.

Sendo assim, o que tem que acontecer?

A responsabilidade maior pela gestão das florestas do país de forma responsável cabe ao governo e ao povo da Libéria. Como tal, o governo deve retirar o manual e revisá-lo para limitar a extração de madeira oriunda de “concessões agrícolas” e reservar a madeira para uso exclusivo na região onde a concessão está situada. A versão revista deve excluir explicitamente a atividade madeireira industrial. A União Europeia e o Governo da Noruega não devem apenas tomar medidas para se distanciar desse plano; eles também devem levantar preocupações sobre o plano junto ao governo da Libéria, e não fazê-lo implicaria cumplicidade. A sociedade civil, por outro lado, deve se mobilizar e lançar uma campanha agressiva em níveis local e internacional, para salvar as florestas e proteger os meios de subsistência das comunidades que dependem delas.

Silas Kpanan Ayoung Siakor

Email: ssiakor@sdiliberia.org

Sustainable Development Institute, Libéria

- (1) Chatham House Report ‘Tackling Illegal Logging and the Related Trade: What Progress and Where next?’ Julho de 2015. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/publication/tackling-illegal-logging-and-related-trade-what-progress-and-where-next>
- (2) Plunder: the silent destruction of Liberia’s rainforest, 2002. Disponível em: http://www.forestsmonitor.org/uploads/2e90368e95c9fb4f82d3d562fea6ed8d/plunder_1.pdf
- (3) Forest Concession Review Report, maio de 2005

Atlas do Dendê de Papua Ocidental: As empresas por trás da explosão de plantações

Nas últimas décadas, a indústria do dendê da Indonésia tem crescido rapidamente, mas a grande maioria dessa expansão acontece nas ilhas de Bornéu e Sumatra. Sendo cada vez mais difícil encontrar grandes extensões de terra nessas regiões, empresas florestais estão voltando sua atenção ao arquipélago das Molucas e, principalmente, à conflituosa Papua Ocidental. Enquanto, em 2005, havia apenas cinco empresas de plantação de dendezeiros operando em Papua Ocidental, até o final de 2014 elas já eram 21. Essa rápida expansão deve continuar, pois muitas outras empresas já obtiveram licenças iniciais prévias. Se todas essas plantações forem desenvolvidas, serão usados mais de 2,6 milhões de hectares de terras – dos quais a grande maioria é atualmente floresta tropical e lar de muitos grupos indígenas. A Awam MIFEE, a Pusaka e seis outras organizações publicaram recentemente o “Atlas do Dendê de Papua Ocidental”, uma tentativa de romper o isolamento da região, em um contexto em que comunidades que escolhem se opor a empresas de plantações costumam se sentir intimidadas pelas forças de segurança do Estado, que dão suporte a essas empresas.

O rápido crescimento da indústria do dendê em Papua Ocidental está tendo graves efeitos negativos sobre a população indígena. Para quase todas as plantações existentes, tem havido relatos de que os povos indígenas tiveram perdas quando as florestas das quais sua subsistência depende se transformaram em plantações de dendezeiros. Além disso, quase sem exceção, essas plantações têm causado conflitos com as comunidades indígenas que dependem da floresta, e no interior dessas comunidades, já que a maioria dos habitantes das terras baixas de Papua é de caçadores e coletores, em alguma medida.

Os conflitos têm girado em torno da recusa das comunidades a entregar suas terras, sua busca de justiça nos casos em que consideram que a terra lhes foi tirada com base em engano ou intimidação, conflitos horizontais entre aldeias ou clãs vizinhos, ação de trabalhadores indígenas que se sentem explorados, ou agressão por parte de policiais ou militares que trabalham como guardas de segurança para as empresas de plantações.

Embora a legislação Indonésia não reconheça direitos comunais à terra para comunidades indígenas com uso consuetudinário, na realidade, essas comunidades costumam enfrentar uma pressão considerável para abrir mão dessas terras. Quando as comunidades afetadas recebem alguma indenização, raramente é de mais de 30 dólares por hectare; em alguns casos relatados, ela foi de 3 dólares. Essa pressão é alimentada ainda mais pelo fato de que governos e empresas locais costumam relutar em fornecer informações sobre licenças, fazendo com que as comunidades nada saibam sobre os planos de fazer plantações, até a empresa aparecer tentando comprar sua terra.

Quem são as empresas envolvidas nessa expansão?

As muitas empresas que controlam a indústria de dendê em Papua costumam usar nomes locais, ou nomes que deem a impressão de que são pró-povo e pró-meio ambiente. Na realidade, elas costumam ser controladas por membros da elite empresarial e partes de grandes grupos empresariais que trabalham com empresas multinacionais. Normalmente, essas empresas também têm negócios em outros setores, como extração de madeira, plantações industriais de árvores, mineração ou pesca industrial, tanto em Papua quanto em outras partes da Indonésia.

Alguns desses grupos empresariais estão ligados a algumas das mais ricas empresas da Indonésia, segundo dados da Forbes (2014), incluindo os grupos Raja Garuda Mas, Sinar Mas, Salim e Rajawali. A maioria deles tem mais de uma concessão para plantações de dendezeiros, e alguns têm outros negócios, como o grupo Rajawali, que também está desenvolvendo plantações de cana de açúcar na área de Merauke. Outras grandes empresas envolvidas são o grupo Austindo Nusantara Jaya, que também está desenvolvendo a indústria de processamento da palmeira de sagu, na região de Metamani, em Sorong do Sul, e uma usina de eletricidade em Tembagapura, Mimika; o grupo Kayu LAPIS Indonesia, que tem suas raízes na exploração madeireira e é o maior operador de concessões de madeira em Papua, o grupo Medco, que também atua em plantações industriais de madeira, celulose e mineração ao redor de Papua, e o grupo Korindo, que está usando a madeira extraída da terra das plantações de dendezeiros para seu negócio de compensado. Além disso, outras empresas estrangeiras que operam em Papua são os grupos Tadmax, da Malásia, Pacific Interlink, do Iêmen, Genting, da Malásia, Noble, de Hong Kong, e Carson Cumberbatch, do Sri Lanka. Em contraste com outras partes da Indonésia, apenas uma plantação de dendê é operada por uma empresa estatal: a PTPN II, em Arso.

Para além dessas grandes empresas nacionais e transnacionais, o Atlas do Dendê de Papua Ocidental também mostra que existem várias outras empresas “misteriosas” à frente de novos investimentos, aproveitando-se de suas conexões com os governos locais para obter autorizações para as plantações. Essas empresas operam muito discretamente e tentam evitar qualquer tipo de perfil público. Elas não têm páginas na internet, seus escritórios em Jacarta não têm nome, e elas se recusam a fornecer qualquer informação. Entre elas estão o grupo Menara, que obteve licenças para sete

subsidiárias antes de vender a maioria delas, e o grupo PT Pusaka Agro Sejahtera, que também conseguiu receber licenças de plantio. Há indícios de que o principal interesse desse tipo de empresa é especulativo: uma vez que todas as licenças fossem obtidas, a empresa de plantação seria vendida a outra – muito provavelmente, uma das grandes empresas nacionais ou transnacionais com mais acesso a capital. Contudo, esse tipo de negócio feito a portas fechadas torna ainda mais impossível que comunidades indígenas conquistem o respeito a seus direitos, já que as responsabilidades mudam com a venda das empresas que originalmente obtiveram a licença, enquanto os novos proprietários muitas vezes rejeitam a responsabilização por indenizações não pagas, etc.

Abaixo, duas das muitas partes do Atlas que retratam exemplos concretos do que está acontecendo na região:

“As empresas madeireiras veem o futuro no dendê”

Em 2003, o grupo Kayu Lapis Indonesia era a maior empresa madeireira em Papua, operando 1,4 milhão de hectares de concessões. Uma de suas maiores concessões era a PT Intimpura, em Sorong, onde a empresa também era dona de uma enorme indústria de madeira que produzia 264.000 metros cúbicos de compensado por ano. Porém, assim como várias outras empresas madeireiras, o grupo optou por redirecionar seu investimento à crescente indústria do dendê, alguns anos antes que sua licença de manejo florestal expirasse, em 2009. Usando suas ligações com o governo local, conseguiu obter licenças para cinco empresas subsidiárias nos anos seguintes, para dar início às plantações de dendezeiros. Atualmente, duas dessas subsidiárias estão em operação. A mais avançada é a PT Henrison Inti Persada (HIP), em Klamono, que recebeu a licença final em 2006, embora já tivesse iniciado o plantio do dendê alguns anos antes, ilegalmente.

A PT HIP estabeleceu sua plantação na terra do povo Mooi através de truques, prometendo fornecer novas instalações ou dar apoio à educação, o que ainda não se concretizou. A indenização dada às comunidades foi excepcionalmente baixa, mesmo em comparação com outros casos em Papua. Em um exemplo documentado, terras ancestrais foram entregues por 30.000 rúpias por hectare (cerca de 3 dólares). Em 2010, a PT HIP foi vendida ao grupo Noble, um empresa que negocia *commodities* agrícolas com sede em Hong Kong. O Noble se tornou membro da Mesa Redonda sobre Dendê Sustentável, o que lhe permite solicitar a certificação de sustentabilidade que facilita o acesso a mercados melhores. Como novo proprietário, o grupo Noble não pode ser responsabilizado pela exploração madeireira ilegal e a concentração de terras que aconteceu quando a PT HIP era de propriedade do grupo Kayu LAPIS Indonesia. Como consequência, o Noble pode se apresentar com uma “imagem respeitável”, apesar de toda a destruição e danos causados às comunidades locais.

“Petróleo e gás debaixo do solo; óleo de dendê acima do solo”

A Baía de Bintuni é o centro de desenvolvimento de petróleo e gás em Papua Ocidental, com a empresa britânica BP, a malaia Genting e a italiana Eni Oil extraindo ou explorando as reservas. Após a região ter sido designada pelo governo como fundamental para o desenvolvimento energético e industrial de Papua, a Ferrostaal, da Alemanha e a LG, da Coreia, em conjunto com parceiros locais, querem desenvolver usinas de etanol, e a estatal indonésia de fertilizantes PT Pupuk Indonesia também está

se preparando para investir. Tendo sido coberta por florestas tropicais e manguezais no passado, a Baía de Bintuni está se transformando em uma paisagem industrial, tendo as plantações industriais de dendezeiros como parte fundamental do quadro, já que, hoje em dia, o óleo também pode ser extraído das palmeiras.

A PT Varita Majutama – atualmente de propriedade da empresa malaia Genting Berhad – foi a primeira a chegar à região, em 1996, desenvolvendo três blocos de 6.460, 5.510 e 5.300 hectares, respectivamente. A empresa enfrentou conflitos com as populações locais desde o início. Em 2007 e 2012, algumas das comunidades afetadas em torno de Tofoi bloquearam as plantações quando a empresa continuou a ignorar suas reivindicações. Porém, a empresa continuou a se expandir. Em janeiro de 2013, mais 35.371 hectares de terra foram liberados pelo Ministério de Florestas para o plantio do dendê. Os povos indígenas em Tofoi também têm de enfrentar duas empresas petrolíferas operando em suas terras, a Genting Oil e a Eni Oil, que trazem mais problemas, incluindo um aumento da presença policial e militar. Em 2012, por exemplo, os clãs Kamisopa e Sodefa disputaram os limites da terra, até que uma briga eclodiu. A polícia fez acusações criminais contra um homem e depois forçou seu irmão a assinar um documento transferindo os direitos sobre sua terra ancestral à Genting Oil – ameaçando que, se ele não o fizesse, seu irmão mais novo teria de enfrentar cinco anos de prisão.

O Atlas do Dendê de Papua Ocidental é um alerta importante sobre a crescente expansão dessas plantações, bem como uma clara imagem sobre quem são os atores que se beneficiam desse crescimento. Usando a desculpa do conflito em torno do movimento de independência, o governo indonésio torna muito difícil para que os observadores internacionais tenham acesso à região. Isso provavelmente contribuiu para a falta de conhecimento internacional sobre as ameaças contra as florestas e as populações em Papua Ocidental, que dependem delas para sua subsistência. Com pesquisa sólida e mapas detalhados para cada área da região de Papua, que enfrenta ameaças diferentes e múltiplas do modelo extrativista e da industrialização, o Atlas também pode ser visto como um chamado à solidariedade para com as muitas comunidades que enfrentam essa indústria.

*Selwyn Moran, awasmIFEE, awasmiffee@potager.org
Y.L. Franky, Pusaka, yay.pusaka@gmail.com*

Acesse o Atlas do Dendê de Papua ocidental aqui, em inglês:

<https://awasmiffee.potager.org/uploads/2015/04/atlas-sawit-en.pdf>

e aqui, em bahasa indonesio: <http://awasmiffee.potager.org/uploads/2015/04/atlas-low-resolution-Final-id.pdf>

Brasil – A mineradora VALE promovendo o dendê no Pará: impactos da “economia verde”

No século XIX, a região do entorno de Belém, capital do estado amazônico do Pará, Brasil, foi palco da chamada Cabanagem, uma das muitas revoltas populares na história do país quando indígenas, negros, caboclos e setores médios da sociedade se organizaram para lutar por liberdade e justiça. Todas essas revoltas são pouco conhecidas, pois foram invisibilizadas pelas classes dominantes na sua versão da

história “oficial”. Hoje em dia, o poder imperial no Brasil acabou, mas há novas ameaças que procuram submeter trabalhadores do campo a uma lógica de opressão e restrição de sua liberdade e sua autonomia, buscando assumir o controle sobre seus territórios. Um exemplo é a expansão do monocultivo do dendê.

Foi por volta de 2006 que se iniciou um processo de expansão do monocultivo do dendê no Pará, inclusive atingindo os municípios de Acará e São Domingos do Capim, a cerca de 100-150 km da capital do estado, Belém. Empresas como VALE e Petrobrás se apropriaram de terras, e a chegada do dendê expulsou muitas famílias dos seus territórios. Várias delas resistem até hoje à beira das estradas, enquanto outras já estão tentando sobreviver nas cidades. O processo também provocou desmatamento, denunciaram moradores.

Esse drama social dos trabalhadores do campo, denunciado pelos sindicatos, e a intervenção do governo, fizeram com que as empresas mudassem de tática: elas buscaram convencer os camponeses para que eles mesmos comessem a plantar dendê em suas terras, com o governo abrindo uma linha de financiamento específico para emprestar dinheiro aos agricultores. Um agricultor do assentamento de Taperuçu conta que já lida, há cerca de 3 ou 4 anos, com um contrato com a empresa Biovale (da mineradora VALE) e, no ano passado, colheu os primeiros frutos de dendê, o que lhe rendeu cerca de 1000 reais (268 dólares) por mês. Agora, ele espera que a colheita dobre. Só que ele ainda não começou a pagar o empréstimo que recebeu do governo, e tampouco sabe como vai lidar com a situação a partir de 2017, quando a Biovale não mais assumirá o transporte dos frutos até a planta de processamento, um trecho de mais de 100 km. Além disso, na terra do assentado, hoje há apenas dendê e um monocultivo de árvores para vender madeira. Ele parou de plantar mandioca, o alimento básico mais consumido na região, cujo preço aumentou significativamente desde que o dendê começou a se expandir.

O mesmo agricultor nos conta que teve que aplicar agrotóxicos – como previsto no contrato com a Biovale – mas parou porque começou a se sentir mal. Aparentemente tremendo e frágil, ele parece ainda sofrer as consequências da aplicação de produtos que são venenos em uma região quente e úmida, que dificulta o uso do equipamento de proteção individual, o qual tampouco é uma proteção segura. Outro perigo do trabalho com dendê são as muitas cobras nas plantações, e que são venenosas. Ouvimos relatos de pessoas denunciando que a própria empresa teria espalhado cobras nas plantações, pedindo para não fosse mortas, em uma tentativa de controlar os muitos roedores existentes nos lotes, que podem comprometer a produção. A empresa não parece se preocupar com o fato de que a presença das cobras representa outro risco para os trabalhadores.

O problema dos agrotóxicos é ainda mais grave porque moradores locais contam que já viram peixes morrerem nos rios da região, o que atribuem à chegada do dendê e à contaminação promovido por ele. O renomado instituto de saúde pública Evandro Chagas, de Belém, confirmou a denúncia dos moradores porque detectou a presença de agrotóxicos em fontes de água da região, das quais as populações dependem. Um dos produtos usados nas plantações é, por exemplo, o endossulfan, muito perigoso para a saúde humana e já proibido em vários países. Baseado nas análises, o Ministério Público do Pará está tentando fazer um termo de ajustamento de conduta com as empresas, para buscar reduzir a contaminação.

Com o plantio do dendê da Biovale, a região entrou de vez na rota da “economia verde”. Com a duplicação da sua ferrovia, que leva minério de ferro da maior mina do mundo – o Complexo de Carajás – para a costa brasileira, a demanda por biodiesel de dendê vai aumentar ainda mais. Mas o projeto serve, sobretudo, para a VALE fazer sua propaganda “verde”, já que 80% da demanda pelo diesel da empresa continua sendo de petróleo. Com a expansão prevista das rotas de trem e da produção, a empresa também vai aumentar ainda mais seu consumo de petróleo e, portanto, suas emissões de carbono (veja mais informação sobre os impactos da VALE e a resistência no [artigo do Boletim de junho 2015](#)). É um exemplo de como a “economia verde”, mais do que uma receita para reduzir as emissões, é uma forma de provocar uma “cortina de fumaça” para que as empresas possam aumentar ainda mais sua produção e a queima de combustíveis fósseis envolvida nisso. Trata-se, em vez de deixar o petróleo e outros combustíveis fósseis debaixo do solo, de uma forma de estender seu uso por mais tempo, até a última gota de petróleo se esgotar.

A instalação do projeto do plantio de dendê na região levou o Estado a melhorar as estradas para atender à demanda das empresas. Algumas obras do plano IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) também estão sendo programadas para a região, para facilitar a entrada de outras empresas. Tudo isso provocou um aumento de preço e, conseqüentemente, um processo de especulação e de supervalorização das terras da região. Mais grave, várias comunidades quilombolas na região, como a de Concórdia, que aguardam o reconhecimento do seu direito constitucional de titulação, o reconhecimento coletivo dos seus territórios, denunciam que essa luta tem ficado bem mais difícil. A titulação coletiva é de suma importância para que essas comunidades tenham acesso a políticas públicas, mas, sobretudo, para garantir um futuro – inclusive acesso a terra – para as próximas gerações. Ao mesmo tempo, o Estado não parou de incentivar a titulação individual das terras, porque essa é uma categoria que se encaixa bem na proposta das empresas de plantar dendê individualmente, em terras de camponeses, com contratos com cada agricultor.

Nas visitas às comunidades quilombolas da região que já estão cercadas pelo dendê, moradores quilombolas nos contam sobre outros impactos que sofrem, como os animais selvagens que vêm se refugiando dentro das suas terras, fugindo das áreas de monocultura onde não encontram mais alimentos. Isto sem falar nas pragas que também se deslocam para as terras dos camponeses, por exemplo. As pessoas falam ainda de um desequilíbrio ambiental em geral e, inclusive, do ressurgimento de enfermidades até então erradicadas, como a Doença de Chagas. Também falam que são, sobretudo, os homens que encontram trabalho nas empresas, mas comparam a situação com uma “semiescravidão” na qual os trabalhadores ganham um salário mínimo por mês (788 reais ou 211 dólares) por um trabalho muito duro.

Por fim, vale ressaltar o problema relacionado ao consumo de drogas por parte de trabalhadores responsáveis pelo plantio das mudas de dendê. Fato já detectado através de entrevistas e alguns artigos publicados, mas que ainda merece ser investigado aprofundadamente.

Winnie Overbeek – winnie@wrm.org.uy

Secretariado Internacional do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)

Artigo baseado em uma visita a campo de dois dias aos municípios de Acará e São Domingos do Capim, articulada pela FASE-Amazônia, atividade que fez parte da Conferência Latino-Americana sobre Financeirização da Natureza, 24-27 de agosto de 2015, em Belém (veja em <http://br.boell.org/pt-br> para mais informações).

República Democrática do Congo: “Precisamos que seja feita justiça”

Entrevista com Jean-François Mombia sobre as plantações de dendezeiros

Você poderia nos dizer o que é a RIAO–RDC (*Réseau d'information et d'appui aux ONG nationales* – República Democrática do Congo) e quais as suas principais atividades?

A RIAO é uma rede de informação e apoio às ONGs da República Democrática do Congo (RDC). É uma organização de assistência e proteção social. Nós acompanhamos comunidades na proteção de seus direitos. Também acompanhamos as ONGs. Nós lidamos com questões que são importantes para a vida das comunidades, como a proteção dos ecossistemas florestais. Também trabalhamos com temas de microfinanciamento em nível comunitário, para ajudar as populações.

As terras situadas ao longo do rio Congo são ocupadas principalmente por plantações de dendezeiros da empresa do agronegócio canadense Feronia Inc. Você poderia explicar como uma empresa conseguiu controlar tantos hectares?

A Feronia herdou a terra que tinha sido ocupada pelos colonizadores, ou seja, a empresa agroindustrial Unilever. Nossos ancestrais, nossas autoridades, nossos dirigentes, preocupados com estabelecer boas relações, deram a terra em troca de paz, e para acabar com o açoite do homem branco à população. Quando a Unilever chegou, já havia florestas de dendezeiros, mas não eram plantações. O Sr. Lever decidiu negociar. Em Leverville, em Lusanga, onde a Unilever começou, essas florestas naturais já existiam há muito tempo. As florestas de dendezeiros sempre crescem junto a cursos d'água ou rios.

Como o rio facilitava o transporte, eles escolheram os terrenos localizados nas margens. Começaram por espaços pequenos. Fizeram muitas falsas promessas aos nossos pais. Como os moradores temiam o açoite, cederam espaços para plantações. As empresas também prometeram que as comunidades poderiam ter empregos e salários. As que queriam se aproximar dos brancos, dos colonizadores, aceitaram dar terras. Por exemplo, os brancos prometiam que dariam uma em cada três plantações à comunidade, o que nunca se cumpriu, nem em Boteka, nem em Lokutu, nem em Yaligimba.

Existem outras empresas envolvidas?

Sim, há empresas que se dedicam à exploração florestal em torno das concessões da Feronia. Em Igende, por exemplo, há uma empresa madeireira. E há a Sodefor, a SAFBOIS, a SOFORMA, a SOCINEX, a ISOBOIS.

As comunidades afetadas foram consultadas, antes ou durante a criação das plantações? Se foi assim, o processo foi satisfatório?

Diante dos colonizadores, as comunidades do lugar não tinham o que dizer. Como eu disse, é preciso se situar na época da Unilever para entender. Por exemplo, a Unilever deu sacos de sal, ou tecidos, para conseguir aquelas terras. E isso também era acompanhado de promessas. Eles enganaram as populações. Nunca houve qualquer consulta.

Quem compra o óleo de dendê produzido pela Feronia? E de onde vem a demanda (trata-se de abastecer os mercados da Bacia do Congo ou mercados localizados em outros lugares)?

Aquela coisa é um mistério. As comunidades não têm acesso ao óleo de dendê da Feronia, embora a alimentação básica seja feita com óleo de dendê. As comunidades estão privadas desse óleo, ele não está autorizado, as pessoas não se beneficiam disso. Na época da Unilever, o óleo era enviado à Marsavco, que fabricava margarina e outros artigos de consumo. Mesmo as tortas de palmiste eram enviadas ao exterior, mas agora não se vê para onde vai o óleo. Todos nós nos perguntamos aonde vai o óleo da Feronia, porque hoje a Marsavco importa o óleo da Malásia. Os transportadores que levavam o óleo em barcos também já desapareceram há muito tempo. É um verdadeiro mistério.

Você poderia explicar quais são os principais problemas que as comunidades locais enfrentam em relação a essas plantações de dendê?

O primeiro problema é a desnutrição das crianças porque, como os pais já não têm o direito a ir à floresta, é difícil praticar a agricultura. Hoje soubemos que a Feronia está começando a plantar inclusive nos açudes de peixes das comunidades. Está plantando mesmo nessas zonas. As comunidades não têm hospitais, nem escolas, realmente há muita miséria. Os trabalhadores são tratados como escravos.

As comunidades enfrentam outras dificuldades, tais como problemas de saúde associados ao uso de pesticidas ou poluição da água?

A situação é muito grave, porque os moradores usam resíduos que saem da fábrica para fazer sabão. No entanto, esses resíduos foram pulverizados com produtos químicos que são perigosos para a saúde e crianças e jovens. São usados NPK e outros produtos. Às vezes, encontramos peixes mortos em rios e açudes. Sempre há problemas de diarreia.

Que atividades as comunidades organizaram para se opor às da empresa? O que as populações reivindicam?

Após discussões e informações sobre os problemas relacionados aos direitos das comunidades, a RIAO deu início a um trabalho de mobilização e, depois da publicação do relatório com a GRAIN, as comunidades que conseguimos contatar começaram a se opor ao retorno da Feronia a essas zonas para realizar a demarcação da terra. As comunidades reivindicam suas terras sem cessar, porque já não querem esses famosos documentos cheios de condições, que agora a empresa tenta fazer com que assinem. Algumas das comunidades afetadas percorreram mais de 2.000 km para testemunhar e se encontrar com outras afetadas pelas mesmas operações da Feronia.

Você acha que houve reações positivas devido à resistência local?

Sim, houve reações positivas. Em Mokaria, por exemplo, em 1997, as manifestações conseguiram fazer retroceder a empresa, que deixou a terra. No entanto, o Estado continua se recusando a fazer a restituição. Mas hoje, onde a Feronia está presente, há tensões, sem que haja reações positivas. E os passos para libertar o povo dessa empresa estão sendo dados.

Que tipo de solidariedade internacional você considera que seria útil para apoiar as comunidades afetadas?

A informação que estamos dando já é uma coisa boa. Temos que continuar denunciando tudo o que acontece. Precisamos que seja feita justiça, porque houve mortos, e é importante localizar os responsáveis. Devemos ajudar as comunidades, inclusive em questões básicas, como saúde e educação. Também devemos ajudar para que as crianças vão à escola, porque uma das estratégias da empresa é impedi-las de estudar, para que os filhos de trabalhadores continuem sendo trabalhadores e os filhos de agricultores continuem sendo agricultores.

Jean-François Mombia, RIAO -RDC

O capital financeirizado e as grandes empresas de dendê

A crescente demanda global por óleo de dendê produziu lucros inesperados para a indústria e transformou essas plantações em alvos preferenciais para investimento por parte de bancos, fundos de pensão e outros financistas que procuram lucrar com a explosão na demanda pelo produto. Magnatas ricos controlam a maior parte dos grandes grupos no setor, principalmente na Ásia, mas o investimento em dívidas, subscrição de ações (quando as ações são compradas por um investidor a um preço acordado e revendidas ao público por um preço maior, com todos os custos associados) e títulos estão facilitando a expansão das plantações e do poder dessas multinacionais. No entanto, as plantações de dendezeiros continuam sendo uma causa permanente de desmatamento. Eles estão conectados com incêndios em florestas e turfeiras, poluição pelo uso intenso de agrotóxicos, e com imposições a comunidades locais e povos indígenas, cujos meios de subsistência e territórios são destruídos por essas plantações.

Financiando magnatas para uma maior expansão na Indonésia

De acordo com pesquisa realizada pela ONG GRAIN, só na Indonésia, estima-se que tenham sido investidos 12,5 bilhões de dólares na expansão do dendê, entre 2000 e 2008. Grande parte desse dinheiro vem de Cingapura, onde magnatas indonésios deixaram suas fortunas obtidas de formas discutíveis para escapar à fiscalização que ocorreu após o colapso da ditadura de Suharto. Esses magnatas (ou *tycoons*, que significa “grandes senhores” em japonês) estão usando esse dinheiro e sua velha influência política para construir impérios de plantações na Indonésia e em outros países, como as Filipinas e a Libéria.

Além disso, a ONG TUK Indonésia e a Profundo divulgaram um relatório em fevereiro de 2015, analisando proprietários e financiadores de 25 grupos empresariais ativos no setor de dendê do país, que representam grande parte das plantações existentes e estão transformando quantidades muito consideráveis de terra – áreas mantidas para futuro desenvolvimento – em novas plantações. O estudo mostra que, apesar de 21 das 25

empresas investigadas serem listadas em bolsas de valores, os magnatas têm, invariavelmente, a maior participação – o que lhes dá a capacidade de controlar a gestão e a estratégia das empresas. No entanto, ser listada em bolsa de valores significa que elas atraíram capitais – e continuam a atrair – ao emitir ações para investidores privados e institucionais. Algumas empresas também emitem títulos, e todas podem atrair empréstimos bancários.

Os bancos e os investidores envolvidos possibilitam que os magnatas invistam mais capital do que seria possível sem eles, acelerando o crescimento dos grupos controlados por magnatas. Consequentemente, enquanto esses magnatas controlam o processo de expansão do setor de óleo de dendê na Indonésia, fundos de bancos e investidores externos lhes oferecem um acelerador para sua expansão. O mesmo estudo mostra como os bancos têm ajudado esses 25 grupos a atrair uma quantidade considerável de capital nos últimos cinco anos, através de empréstimos e subscrevendo ações e títulos vendidos a investidores pelas empresas. Os bancos mais importantes que dão empréstimos a esses grupos foram HSBC (Reino Unido), OCBC (Singapura) e CIMB (Malásia). Enquanto isso, os bancos mais importantes que têm subscrito ações para esses grupos nos últimos cinco anos foram RHB (Malásia), Morgan Stanley (Estados Unidos) e Goldman Sachs (Estados Unidos).

Os mais importantes grupos – em termos de áreas plantadas – são Sinar Mas, Salim, Jardine Matheson, Wilmar e Surya Dumai. No entanto, o estudo também destaca que esses 25 grupos ainda tem, pelo menos, 2 milhões de hectares de terras sob seu controle, acrescentados aos 3,1 milhões já plantados. Kalimantan Ocidental, Kalimantan Riau Central e Kalimantan Oriental são as províncias com as maiores quantidades de terras controladas por magnatas. Consequentemente, em termos de terras não plantadas na Indonésia, os grupos mais importantes são Sinas Mar, Triputra, Musim Mas, Surya Dumai e Jardine Matheson.

As plantações de dendezeiros também são um investimento desejado por empresas malaias com estreitas ligações com as elites dominantes. As empresas florestais ligadas ao ex-ministro-chefe do estado malaio de Sarawak são particularmente ativas na acumulação de terras para plantações de dendê em Bornéu, em Papua e na África. Enquanto isso, na Colômbia e em Honduras, grupos paramilitares e barões das drogas estão profundamente entrelaçados com a expansão do dendê.

Além disso, de acordo a GRAIN, algumas das maiores empresas de óleo de dendê recorreram a ofertas públicas nos mercados de ações para levantar dinheiro de empresas de gestão financeira e investidores institucionais ansiosos por um pedaço da explosão na demanda de óleo de dendê. Em 2012, a Felda, a companhia estatal de óleo de dendê da Malásia, reestruturou-se e vendeu parte de suas ações, levantando 3,3 bilhões de dólares, naquela que foi a terceira maior oferta de ações do mundo no ano. A venda de ações deixou a Felda com a enorme quantidade de 2 bilhões de dólares em dinheiro, os quais, desde então, ela tem usado para adquirir terras para plantações de dendê e seringueira fora da Malásia.

Nesse mesmo ano, uma das maiores empresas de plantação de dendê na Indonésia também fez uma oferta pública de ações. A Bumitama Agri, controlada pelo bilionário indonésio Lim Hariyanto Wijaya Sarwono, levantou cerca de 177 milhões de dólares na Bolsa de Valores de Cingapura, quando a gigante do dendê Wilmar e várias empresas

asiáticas, europeias e norte-americanas de gestão financeira compraram, cada uma, participações multimilionárias na empresa. A Bumitama disse que alocaria 114 milhões de dólares da oferta pública de ações para expansão e desenvolvimento do seu banco de terras não cultivadas.

Entre 1980 e 2001, as empresas, cuja maioria é controlada por amigos e parentes do presidente Suharto, adquiriram incríveis 72 milhões de hectares de terras sob licenças florestais na Indonésia, enquanto 4,1 milhões de hectares foram entregues para plantações de dendezeiros. Mas, entre 2004 e 2014, o número de licenciamento florestal caiu para 25 milhões de hectares, enquanto o de licenciamento para o plantio do dendê aumentou para 19 milhões. A ONG indonésia WALHI prevê que as concessões para o dendê sejam a principal fonte de concessão de terras nos próximos dez anos, representando 26,3 milhões de hectares, em comparação com 26,2 milhões para concessões da silvicultura.

A rápida expansão das plantações de dendezeiros da Indonésia cria graves problemas ambientais e sociais, pois grandes quantidades de florestas são convertidas em plantações, habitats de espécies protegidas estão ameaçados de extinção, significativas emissões de gases são causadas pela destruição de florestas e turfeiras, e muitas comunidades perdem acesso a seus territórios, que são cruciais para sua subsistência e suas culturas.

Este artigo é baseado em informações de “Cash crop”, GRAIN, 22 de setembro de 2014, publicado em “Planet palm oil”, <https://www.grain.org/article/categories/519-planet-palm-oil> e “Tycoon-controlled oil palm groups in Indonesia”, e TUK Indonesia e Profundo, fevereiro de 2015, <http://tuk.or.id/file/Summary%20of%20the%20tycoon%20study%20TuK%20INDONESIA%20.pdf>

POVOS EM AÇÃO

Brasil: Pare a monocultura de eucalipto!

No dia 21 de setembro cerca de 300 indígenas ocuparam a fazenda Nedila, no município do Prado Bahia, Brasil, local onde estão sendo realizado o plantio da monocultura do eucalipto pela empresa Suzano. A principal reivindicação dos indígenas é que parem de imediato o plantio, pois está causando grande destruição ao meio ambiente. Ainda não está em fase adulta, mas já se vê os efeitos nocivos aos seres humanos a fauna e a flora. Os rios estão sendo interrompidos para construção de barragens, as nascentes estão sendo aterradas e a mata atlântica está sendo derrubada incessantemente por enormes máquinas. Encontram-se cerca de 10 máquinas agrícolas de propriedade da empresa Suzano sob responsabilidade dos indígenas, com o objetivo para dar visibilidade ao movimento e garantir uma ação efetiva dos órgãos.

Veja a notícia da Comunidade Indígena Pataxó aqui.

Moratória à Represa de Baram, em Sarawak, na Malásia, aprovada!

Após dois anos bloqueando todas as obras da proposta da Represa de Baram, em Sarawak, na Malásia, os povos indígenas tiveram uma grande vitória: o governo do estado anunciou uma moratória à polêmica represa e uma avaliação de alternativas energéticas de pequena escala. Os povos indígenas de Baram, no entanto, ainda estão

preocupados devido à situação de suas terras nativas, que já foram oficialmente destinadas à construção da barragem, e à contínua atividade madeireira realizada com autorizações válidas.

Ver o comunicado de imprensa aqui: <http://bmf.ch/en/news/victory-moratorium-on-the-baram-dam-in-malaysia>

Parem de privatizar as florestas da Índia!

Um comunicado de imprensa do *All India Forum of Forest Movements* (AIFFM) denuncia o governo da Índia por permitir “concessões florestais” a empresas privadas, naquilo que considera florestas de propriedade do Estado. Quarenta por cento das florestas degradadas “identificadas” podem ser dados em arrendamento a empresas privadas para a criação de plantações, violando não uma lei, mas várias, como a Lei dos Direitos da Floresta ou a Lei Indiana de Florestas. Eles também destacam um recente anúncio, pelo Governo, de um pacote de 15 bilhões de dólares para novas plantações. Nesse contexto, o AIFFM afirma, mais uma vez: “As plantações não são florestas: independentemente da espécie a ser plantada, a plantação não pode substituir ou reproduzir de qualquer forma a biodiversidade que até mesmo uma floresta natural dita degradada sustenta, e a subsistência que ela proporciona a comunidades locais”.

Ver o comunicado de imprensa aqui (em inglês)

A Declaração de Durban contra o REDD

A Global Coalition Against REDD, em aliança com a No REDD in Africa Network (NRAN) e apoiada por muitas organizações internacionais, lançou uma declaração no Programa Alternativo da Sociedade Civil ao Congresso Florestal Mundial, que foi realizado em Durban, África do Sul, no início de setembro. A declaração afirma “rejeitar formas de desenvolvimento implantadas de cima para baixo, incluindo falsas soluções para a mudança climática e a conservação de florestas e da biodiversidade, que só servem à economia de mercado dominante”, e exige que governos, a ONU e as instituições financeiras “parem a desastrosa experiência do REDD+ e finalmente comecem a abordar as causas subjacentes da perda de florestas e da mudança climática!”

Leia a Declaração aqui: <http://no-redd.com/declaracion-de-durban-sobre-redd-portugese/>

Brasil: Demissões e lucro na empresa do plantações Fibria Celulose

No dia 25 de agosto de 2015, trabalhadores da empresa do eucalipto-celulosa Fibria, usaram da tribuna da Câmara Municipal de Três Lagoas para tornar públicas as demissões praticadas pela empresa, em represália à mobilização dos trabalhadores para criação do sindicato da categoria. A fundação do Sindicato do Trabalhador Florestal a inícios do setembro, é essencial para se opor a uma empresa que submeteu seus trabalhadores a longas jornadas de trabalho com baixos salários. Um manifesto destaca que a empresa recentemente anunciou ampliação da planta industrial com a construção de mais uma unidade. E espera de mais investimentos do BNDES e isenção fiscal. Mais, “somente nas últimas semanas foram cerca de 18 demissões. E o mais grave em alguns casos trabalhadores com doença ocupacional foram demitidos.”

Lea o relato feito pelos trabalhadores da Fibria em a sessão da Câmara municipal, revelando graves irregularidades praticadas pela empresa

Salve o Rio Mekong!

A Rivers Coalition in Cambodia (RCC), em conjunto com organizações nacionais e internacionais, insiste na interrupção imediata de todas as atividades relacionadas à construção da Barragem de Don Sahong após o contrato de concessão ter sido oficialmente aprovado no início de setembro último, em uma decisão unilateral do governo do Laos. Uma declaração conjunta denuncia que “o acordo de concessão foi feito antes de uma resposta e/ou solução significativa aos pedidos de governos, comunidades do baixo Mekong e sociedades civis dos três países-membros da Comissão do Rio Mekong (Camboja, Vietnã e Tailândia)”.

Leia a declaração aqui (em inglês):

<http://nature.org.vn/wp-content/uploads/2015/09/Final-English-Joint-statement-on-DSH-18-Sep15.pdf>

RECOMENDADOS

Malásia: Tráfico de seres humanos e abuso de trabalhadores nas plantações de dendê

A indústria de óleo de dendê da Malásia, que produz 40% do produto no mundo, está crescendo, mas, de acordo com trabalhadores e ativistas entrevistados pelo *Wall Street Journal*, também é cercada de abusos. Os trabalhadores migrantes, principalmente de Bangladesh e Mianmar, estão sendo trazidos em condições terríveis por traficantes de seres humanos, como trabalhadores em certas plantações de dendê na Malásia. A Felda Global Ventures, que vende óleo de dendê bruto para multinacionais como Cargill Inc., Nestlé SA e Procter & Gamble Co, diz que 85% dos trabalhadores de suas plantações são estrangeiros. Mesmo os que têm vistos de trabalho legais se queixam de que ganham menos de um salário mínimo da Malásia e são mal tratados. O Projeto Arakan, uma organização sem fins lucrativos que estuda a migração através da Baía de Bengala, estima que cerca de 50.000 pessoas já tomaram barcos para fazer a perigosa viagem até a Malásia nos últimos dois anos, muitas delas morrendo no caminho.

Veja o vídeo aqui (em inglês): <https://www.youtube.com/watch?v=Imck6O1ylgY>

Honduras: plantações de dendê e violência sob o amparo do Banco Mundial

Um artigo no jornal “El País” descreve a aguda violência vivida pelo povo do vale do Baixo Aguán, em Honduras, que luta para recuperar as terras há muito capturadas pela Corporación Dinant para suas vastas plantações de dendezeiros. O conflito tem atraído a atenção mundial, em parte porque a empresa tinha o apoio da Corporação Financeira Internacional (CFI), o braço do conglomerado de entidades do Banco Mundial que concede empréstimos a empresas privadas. A CFI deu apoio à Dinant, enquanto os confrontos aconteciam. Desde 2004, a CFI aprovou mais de 180 iniciativas que podem envolver desalojamentos físicos ou econômicos, segundo uma análise da documentação da entidade pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos.

Leia o artigo aqui (em espanhol):

http://elpais.com/elpais/2015/06/08/planeta_futuro/1433761148_555067.html?id_externo_rsoc=FB_CM

Impacto de gênero das plantações de dendê entre os povos indígenas de Sarawak

Um artigo do recém-lançado livro *Gender and Land Tenure in the context of Disaster in Asia* examina o impacto da mudança no uso e nos sistemas de posse da terra em Sarawak sobre os direitos humanos, os meios de subsistência e as práticas de gênero locais. O artigo estuda a comunidade Iban, de Kampong Lebor, cujas terras consuetudinárias foram desmatadas pelas empresas para estabelecer plantações de

dendezeiros. Os autores Carol Yong e Wee Aik Pang, concluem que “a conversão de florestas em plantações de dendê é considerada um desastre, dada a importância da terra para práticas consuetudinárias, segurança alimentar e atividades de geração de renda, e outros direitos fundamentais dos povos indígenas”. Essa mudança no relacionamento das pessoas com a terra tem um impacto mais forte sobre as mulheres, que são as principais responsáveis pelo bem-estar da família e da comunidade, à medida que perdem acesso e controle dos recursos florestais específicos que são sagrados para atividades espirituais, quando esses se degradam.

Leia o artigo aqui (em inglês):

https://www.google.nl/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CCUQFjAAhUKEwinufjV24fIAhWE1RQKHUThAcg&url=http%3A%2F%2Fwww.springer.com%2Fcontent%2Fdocument%2Fdownloadaddocument%2F9783319166155-c1.pdf%3FSGWID%3D0-0-45-1515432-p177298436&usg=AFQjCNEg_21TpsINESdqtBdepBZ15cJJkA&sig2=iGffhFQrokQi8ICJCVmZgQ

Povos das florestas e territórios: violações de direitos no Acre, Brasil

Em 2013, a Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente (RDHMA), da Plataforma Dhesca, realizou uma Missão de Investigação e Incidência no estado do Acre sobre a problemática da economia verde e seus efeitos políticos e territoriais. Diversos governos estaduais, em especial os da Amazônia, já estabeleceram ou estão em processo de definir políticas estaduais contemplando propostas de Pagamento por Serviços Ambientais e REDD+, sendo que o governo do Acre é pioneiro. No entanto, um conjunto de organizações e coletivos sociais do Acre identifica nessas políticas uma série de impactos sociopolíticos, econômicos e ambientais negativos, em especial sobre os territórios e as populações tradicionais. Estes coletivos denunciaram em conjunto através do Relatório da Missão de Investigação as violações do direito à terra e ao território e violações dos direitos das populações em territórios conquistados por elas, ambos decorrentes da economia verde no estado.

Leia o documento aqui:

http://www.plataformadh.org.br/files/2015/08/economia_verde_relatorio.pdf

Boletim mensal do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editor em chefe: Winfridus Overbeek

Redatora responsável e coordenadora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Jutta Kill, Flavio Pazos, Teresa Perez

Secretaria Internacional do WRM

Maldonado 1858 - 11200 Montevideo – Uruguai

Tel/fax: 598 2413 2989

wrm@wrm.org.uy - <http://www.wrm.org.uy>